

ATA DA 56ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR

08 de junho de 2006

No dia oito de junho de dois mil e seis, às dezesseis horas, reuniu-se o Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo, com a presença do Diretor-Geral, Jadir José Pela, Presidente do Conselho, e dos conselheiros Clecy Saiter Araujo Oliveira, representante do Corpo Técnico-Administrativo; Ademar Valdir Comassetto, representante do Corpo Docente; João Marcos Loureiro Del Puppo, representante da Federação das Indústrias e Aivete Taquette, representante dos Técnicos Egressos. Os conselheiros Dênio Rebello Arantes, Diretor de Ensino, Júlio da Silva Rocha Junior, representante da Federação da Agricultura, Luiz Carlos Rego, representante da Setec e Marcelo Costa Ignácio da Silva, representante do Corpo Docente tiveram a ausência justificada. Participaram como convidados o Senhor Carlos Humberto, Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Alegre; a Senhora Edna dos Reis, Coordenadora da Área de Códigos e Linguagens e a Senhora Elisa Cristina Daniel de Avelar Mariani, suplente da Senhora Nurse Antônia de Freitas Vieira, representante da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo, nomeada no dia dezoito de maio de dois mil e seis. Jadir agradece a presença de todos e dá início à reunião fazendo a leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1- Homologação do curso de Especialização do PROEJA; 2- Substituição da Resolução 10/2005, que define o pagamento em atividades de concurso público; 3- Regimento Interno do Cefetes; 4- Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão-CIS; 5- Assuntos Gerais.** A pauta foi aprovada por todos. A seguir, Jadir submete a ata da reunião do mês de maio aos conselheiros, a qual é aprovada sem ressalvas. Jadir e os demais membros se apresentam e dão as boas vindas a Elisa, que justifica a ausência de Nurse, membro titular, por motivo de saúde. Passando ao item 1, Jadir faz uma pequena apresentação do que é o curso de pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos, que é destinado a professores da rede pública federal, estadual e municipal. Ressalta que a mesma é pública e que o projeto já foi aprovado pelo Ministério da Educação-MEC. A seleção será realizada por meio de análise de currículo e, se necessário, serão feitas entrevistas. Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Estado da Educação-SEDU, às Escolas Agrotécnicas e outras instituições com profissionais com o perfil desejado. O CEFET-ES irá oferecer o curso, dar o diploma e o MEC será responsável pelos recursos financeiros. O professor Tadeu Pissinati está coordenando o curso de especialização, mas devido a problemas de saúde não pôde comparecer a esta reunião para detalhar melhor como o mesmo será desenvolvido. João Marcos pergunta se haverá necessidade de ampliar o quadro de professores da instituição devido à oferta desse curso. Jadir esclarece que não, pois os professores serão contratados e alguns convidados para ministrarem as disciplinas. Carlos Humberto ressalta que os profissionais formados serão multiplicadores do conhecimento adquirido. Clecy chama atenção para o fato de existirem poucos profissionais qualificados na área de educação de jovens e adultos e cita a Senhora Eurídice, da

Secretaria Estadual de Educação, como uma das que possui grande conhecimento e experiência na área. Jadir complementa dizendo que apenas uma professora da UFES possui doutorado nesse assunto. A pós será oferecida a 120 (cento e vinte) professores de escolas municipais, estaduais, federais e agrotécnicas, sendo 80 (oitenta) vagas para a Unidade Sede e 40 (quarenta) para a UnED-Colatina. Será gratuita pois faz parte da política do governo federal. Elisa enfatiza que essa iniciativa pode gerar outras em áreas diferentes. Ademar questiona se já está prevista uma próxima turma e Jadir responde que, em princípio, não, uma vez que a idéia é que esta instituição venha oferecer cursos de mestrado e doutorado. A seguir, Jadir coloca a homologação do curso de especialização do PROEJA em votação; todos os conselheiros manifestam-se favoráveis. No item 2, Jadir passa a palavra à Coordenadora Edna dos Reis, que inicia sua explanação sobre a necessidade de uma nova resolução para definir o pagamento em atividades de concurso público. Em fevereiro deste ano, a Medida Provisória n.º 283, de vinte e três de fevereiro de dois mil e seis, mudou o perfil de pagamento das rubricas para quem trabalha em concursos públicos. O valor máximo da hora trabalhada corresponderá a percentuais calculados sobre um valor referencial, que é o maior vencimento básico da administração pública federal. Na Resolução procuramos separar docentes, de técnico-administrativos, de pessoal de suporte e da própria comissão responsável pelo concurso. Já a partir dos próximos processos seletivos temos que cumprir essa Medida Provisória. Edna explica que foram analisados todos os procedimentos de um concurso, para que fossem definidas quantas horas são gastas para se escolher um texto ou preparar um determinado número de questões, por exemplo. Informa ainda que irá incidir imposto de renda sobre os ganhos. Jadir enfatiza que se for aberto mestrado no PROEJA, serão exigidos doutores nas bancas. A proposta de resolução foi submetida à apreciação dos conselheiros, que a aprovaram por unanimidade. Passando ao item 3, Jadir fala que foi montado grupo de trabalho para adequar o Regimento Interno do CEFET-ES, que está aguardando definição por parte da área jurídica do Ministério da Educação quanto à composição do Conselho Diretor, se terá vinte e quatro ou dez membros. Como o prazo de seis meses está se esgotando, precisamos de um tempo maior para finalizar os trabalhos. João Marcos questiona o motivo da necessidade de diferentes Regimentos Internos para os Centros Federais de Educação Tecnológica. Jadir explica que o Regimento pode ser diferente de acordo com os interesses da instituição, se são maiores na área industrial, no ensino médio agregado ao técnico ou em outras áreas, pois isso depende da região em que está situada. No entanto, o governo busca uma unidade, para que não sejam muito divergentes. Ademar, então, solicita em nome da Comissão, composta também por Clecy Saiter, Edna dos Reis e Ademar Stange, Diretor da UnED Serra, que o prazo para finalização seja prorrogado por cento e vinte dias. Todos os conselheiros são favoráveis por unanimidade. No item 4, Jadir passa a palavra à Conselheira Clecy, que ficou encarregada de fazer uma análise mais detalhada do Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão-CIS do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Clecy faz uma explanação sobre a referida Comissão e esclarece que é diferente da antiga Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo-CPPTA, pois irá atuar junto à Gerência de Recursos Humanos na capacitação e desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos. O seu Regimento Interno foi baseado no Regimento da Comissão Nacional de Supervisão e o número de membros é proporcional à quantidade de funcionários. A minuta foi analisada detalhadamente, sendo verificado que está de acordo com a Portaria do Ministério da Educação n.º 2.519 de 15/07/2005, alterada pela Portaria n.º 2.562 de 21/07/2005. João Marcos pergunta se haverá transição entre a CPPTA e a CIS.

Clecy esclarece que não porque aquela Comissão foi extinta e os membros da CIS já foram eleitos, restando apenas tomar posse. Temos essa comissão específica para técnicos em educação, outras para profissionais da saúde e de outras áreas, o que enfraquece a nossa categoria. João Marcos ressalta que a força dos servidores está no impacto que uma greve possa gerar na sociedade. Clecy conclui dizendo que o Regimento Interno foi minuciosamente examinado e está totalmente de acordo com a legislação que a instituiu. Jadir submete o Regimento à apreciação dos Conselheiros que o aprovam por unanimidade. No último item, o Presidente ressalta o fim do mandato de alguns conselheiros no mês de julho, se comprometendo a enviar ofício aos representantes das instituições para que indiquem novos nomes para compor este Conselho. Nada mais havendo a tratar, Jadir dá por encerrada a reunião. Eu, Cynthia Nunes Milanezi, secretária substituta, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os conselheiros presentes. Vitória, oito de junho de dois mil e seis.